



O SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH) E A SUA HISTÓRIA

——— José Nogueira da Rocha ———

II PARTE – 1.^a FASE

1. Notas Prévias

A) – Na I Parte dei conta de que iria desenvolver a HISTÓRIA DO SUCH por Partes, tendo como “balizas” os diferentes Estatutos, a saber:

- Estatutos de 1966, Estatutos de 1972, Estatutos de 1993, Estatutos de 1996, Estatutos de 2003, Estatutos de 2006, Estatutos de 2010, Estatutos de 2012 e Estatutos de 2015.

Em relação aos Estatutos de 1996 afirmei que “julguei ser necessário desdobrar a descrição e análise, relativas ao seu período de vigência, em duas Fases, o que, porventura, como também disse antes, poderá acontecer com outros Estatutos”.

As duas Fases desta II Parte situam-se nos seguintes espaços temporais: a primeira nos anos 1966 e 1967 e a segunda de 1968 a 1972.

B) – A HISTÓRIA do SUCH, nos seus 56 anos de vida compreende os seguintes capítulos:

- 1.º O processo de criação,
- 2.º A natureza jurídica,
- 3.º Os primeiros passos,
- 4.º As alterações estatutárias,

5.º As atividades, recursos utilizados e resultados obtidos,

6.º Protagonistas da administração.

O processo de criação, a natureza jurídica, e os primeiros passos ocupam esta 1.ª Fase da II Parte, ficando agora o primeiro e o segundo totalmente retratados.

A descrição e análise da natureza jurídica ficam também agora igualmente retratadas, sem prejuízo de, naturalmente, voltar a constituir capítulo nas Fases ou Partes seguintes, sempre que se verifiquem alterações.

De igual modo as alterações estatutárias que ocorrerem ficam registadas nas Fases ou Partes respetivas.

Como, aliás, admiti na I Parte, a descrição das atividades desenvolvidas, dos recursos utilizados e dos resultados obtidos, está prejudicada por um facto grandemente limitador de uma narrativa suficientemente completa.

Com efeito, não obstante uma procura aturada, foi impossível encontrar Propostas de Orçamento e Contas de Gerência até 1996, pelo que, até este ano, a única forma de suprir esta dificuldade será aproveitar toda a informação que, sobre a trilogia em causa, possa retirar-se das diferentes atas das reuniões dos órgãos do SUCH, realizadas neste período, ou de outras fontes que venham a aparecer.

Assim, os capítulos a tratar nas PARTES subsequentes, até 1996 são os seguintes:

- A natureza jurídica (sempre que se verifiquem alterações);
- As reuniões dos órgãos sociais do SUCH e o seu conteúdo;
- As alterações estatutárias (sempre que se verifiquem alterações);
- Os protagonistas da administração (sempre que se verifiquem alterações).

2.O Processo de criação do SUCH

Ainda que possa ser acusado de repetição, entendi ser conveniente, ao iniciar este capítulo, dever reproduzir aqui o que fiz constar na I Parte quanto ao quadro normativo que ditou o processo da criação do SUCH.

Nos termos do estabelecido no n.º 1 do Decreto-Lei n.º 46.668, de 24 de novembro de 1965, as instituições particulares de assistência que exerçam

atividades de natureza hospitalar, referidas no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46.301, de 27 de abril de 1965, podem criar serviços de utilização comum, em ordem a obter o melhor rendimento económico.

O n.º 2 do mesmo diploma dispõe que “Os serviços hospitalares de utilização comum podem ser constituídos a pedido das instituições interessadas ou por determinação do Ministro da Saúde a Assistência, que aprovará os respetivos estatutos”.

No n.º 3, igualmente daquele Decreto-Lei, encontra-se estabelecido que “A estes Serviços é aplicável o disposto no artigo 417 do Código Administrativo, considerando-se constituídos a partir da aprovação dos estatutos”.

Concretizando esta possibilidade, os primeiros Estatutos do SUCH, aprovados por despacho ministerial de 22 de abril de 1966, estabelecem no seu artigo 1.º que “É criado, nos termos do Art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 46.668, de 24 de novembro de 1965, o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) que terá por fim:

- a) Criar e manter departamentos de assistência técnica aos associados;
- b) Criar e manter serviços administrativos ou técnicos que possam ser usados em comum pelos associados;
- c) Colaborar na preparação e aperfeiçoamento do pessoal hospitalar;
- d) Tomar a seu cargo as iniciativas de que possam resultar, para todos os associados ou algum grupo deles, benefícios económicos, sem prejuízo de qualquer dos associados.”

Resulta daquela disposição estatutária que o SUCH foi criado em 22 de abril de 1966.

Mas também resulta que esta criação envolve todo um processo iniciado em 27 de abril de 1965, com as disposições legais antes transcritas.

Neste processo, há lugar para formular três perguntas que podiam ter tido já lugar na I Parte, mas decidi que seria agora o momento mais adequado para o fazer.

A primeira consiste em encontrar a razão pela qual, quer o diploma que permitiu a criação de serviços de utilização comum, quer, na sua sequência, os primeiros Estatutos do SUCH, lhe atribuíram a natureza jurídica de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sendo-lhe aplicável a legislação vigente para as instituições particulares de assistência e o disposto nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 46. 301, de 27 de abril de 1965.

Relativamente à segunda, pergunta-se se os Estatutos de 1966 correspondem à Razão de Ser do SUCH, anteriormente descrita e justificada e dão a melhor resposta quanto à sua “condução gestonária”.

A terceira pergunta, visa responder à questão, reconhecidamente polémica, de saber se a dimensão da intervenção do Estado no SUCH está ou não, em conformidade com a sua natureza jurídica de pessoa coletiva de utilidade pública administrativa.

A meu ver, a resposta à primeira pergunta é muito simples: os seus principais destinatários, as Misericórdias, detinham essa natureza jurídica, pelo que não faria sentido atribuir-lhe uma natureza diferente, a menos que se pretendesse alterar o estatuto vigente, o que não foi o caso.

A primeira parte da segunda pergunta, encontra a resposta nas **FINALIDADES** do SUCH, consagradas nos Estatutos de 1966 e antes transcritas.

Decorre destas Finalidades que os Estatutos, com elas consonantes, apontam para:

- uma atividade exercida predominantemente em regime de **cooperação material** com os seus associados, utilizando, para o efeito, um conjunto de meios postos em comum;
- uma atividade exercida na clara e natural lógica de que a utilização comum de meios é suscetível de propiciar ganhos de eficiência.

Quanto ao que designo por “condução gestonária” é de salientar a existência do Conselho Geral, exclusivamente constituído por associados, com exceção do Presidente. A sua composição, o seu posicionamento orgânico e as suas competências, fazem dele, a par da Assembleia Geral, um órgão significativamente representativo da intervenção dos associados do SUCH na sua gestão, reforçando, assim, a natureza associativa da Instituição.

E isto é particularmente significativo uma vez que, como regra, nas Organizações, o Conselho Geral, quando existe, é, salvo raras exceções, um órgão consultivo.

Em suma, os primeiros Estatutos do SUCH dão respostas afirmativas à primeira e segunda das perguntas formuladas.

Mas o mesmo já não acontece, como darei conta no número ponto 4, relativamente à dimensão da intervenção tutelar do Estado.

3. Natureza jurídica

Nos termos do Decreto-Lei n.º 46.668, de 24 de novembro, já atrás referido, o SUCH foi criado como uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, sendo-lhe aplicado o disposto no artigo 417, então em vigor, do Código Administrativo.

Nesta 1.^a Fase da vida do SUCH – anos de 1966 e 1967 – pode dizer-se que esta natureza jurídica, na formulação daquele diploma, levantou algumas dúvidas, mas que não atingiram o patamar de verdadeira contestação.

Com efeito, levantaram-se algumas vozes, mas poucas, contra aquele Diploma, sobretudo pela remissão que estabelecia para o Decreto-Lei n.º 46301, antes citado, artigos 5.º e 6.º, em matéria de aprovação de quadro de pessoal e orçamento, já que esta intervenção tutelar não existia para as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, o que não deixou de constituir uma deriva com algum significado.

Já quanto aos Estatutos, as vozes, aumentaram em número, embora não muito, mas acrescentando àquele argumento o facto de neles existirem disposições que agravaram significativamente a intervenção tutelar do Estado, a saber:

- A “Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo seu Presidente, que será o Diretor-Geral dos Hospitais.....”, artigo 17.º;
- “O Conselho Geral é **constituído** pelo Presidente da Assembleia Geral, que será o seu Presidente.....”
- “A Direção é constituída pelo director nomeado pelo Ministro da Saúde e Assistência.....”

Resulta destas considerações que:

- O SUCH nasceu como uma pessoa coletiva de utilidade pública administrativa sem fins lucrativos;
- este Estatuto foi, em certa medida, ferido na sua natureza jurídica por alguns excessos que o tornaram uma Organização atípica, com uma configuração híbrida.

Antecipando a evolução no futuro, dir-se-á que:

- até 1975 não houve alterações significativas nesta matéria;
- em 1975, mais que uma alteração, teve lugar, com o Decreto-Lei n.º 70/75, o que pode designar-se por suspensão estatutária, embora sem alteração da natureza jurídica, suspensão que durou até 1993;

- a partir de 1993 verificou-se, em crescendo, um agravamento da intervenção tutelar, como registarei nos momentos em que tiver tido lugar, agravamento que chegou ao ponto de, em 2015 ter feito entrar o SUCH no perímetro orçamental do Estado, com todas as consequências daí resultantes.

4. Os primeiros passos do SUCH (anos de 1966 e 1967)

4.1. Nota introdutória

Deixei dito nas Notas Prévias que, pela razão então descrita, o 3.º capítulo – Atividades desenvolvidas, recursos utilizados e resultados obtidos - nesta II Parte - 1.ª Fase -, é incluída neste capítulo, onde consta, pelas respetivas atas, o essencial das reuniões que tiveram lugar em 1966 e 1967.

4.2. Reuniões dos órgãos sociais

- Reunião da Assembleia Geral de 27 de junho de 1966

Em 27 de junho de 1966 teve lugar a primeira Assembleia Geral do SUCH, realizada no Salão Nobre do Hospital de S. José, e à qual tive a honra de assistir, tendo tido nela lugar a constituição dos primeiros órgãos sociais, conforme ata que, por ser a primeira, a seguir se reproduz e para cujo conteúdo se remete (pág. 7 e 8).

Esta ata merece dois comentários, o primeiro dos quais consiste na resposta à seguinte pergunta: foi com esta Assembleia Geral que teve lugar o primeiro passo que o SUCH deu e o seu verdadeiro “arranque”?

A pergunta radica no facto de:

- nessa Assembleia Geral ter sido comunicado a atribuição, já concedida, de um subsídio de 300 contos, - € 1.500 -, a entrada em funcionamento em breve da divisão de instalações e equipamentos nas zonas Norte, Centro e Sul, bem como os estudos em curso para a instalação de serviços comuns destinados a mecanizar a estatística e contabilidade dos hospitais;
- antes da Assembleia Geral já tinha tido lugar a “inscrição” das Instituições eleitas como associados;
- de entre as Instituições eleitas figuram Estabelecimentos oficiais, o que, nos termos do artigo 9.º dos Estatutos, exigia a autorização prévia do Ministro da Saúde e Assistência.

Acta n.º 1

Acta da primeira reunião da Assembleia Geral dos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais, realizada no dia vinte e sete de Junho de mil novecentos e sessenta e seis, pelas dez horas e trinta minutos, no Hospital de São João, em Lisboa.

Presidiu o Senhor Director-Geral dos Hospitais, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral do Serviço. Estiveram presentes representantes dos Hospitais das Misericórdias, dos Hospitais oficiais e das instituições de condenação. Antes da ordem do dia, o Senhor Presidente deu notícia do subido de trzentos mil escudos já concedidos ao SUCH por Sua Excelência o Ministro da Saúde e Assistência e comunicou que a Divisão de Instalações e Equipamento entrará em funcionamento, a título experimental, na zona centro dentro de pouco tempo, seguindo-se-lhe imediatamente a zona Norte e mais tarde a zona Sul. Também deu conhecimento dos estudos em curso para a instalação de serviços comuns destinados a mecanizar a estatística e a contabilidade dos Hospitais. Procedeu-se, em seguida, à eleição dos corpos gerentes para o triénio de 1966-1969, digo, de mil novecentos e sessenta e seis a mil novecentos e sessenta e nove, cujos resultados foram os seguintes: Assembleia Geral — Vice-Presidente: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; primeiro secretário: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; segundo secretário: Maternidade Alfredo da Costa. Conselho Geral — Estabelecimentos oficiais: Hospital Escolar de São João, Hospitais da Universidade de Coimbra e Hospitais Cíveis de Lisboa. Instituições particulares: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, Santa Misericórdia, digo, Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco e Santa Casa da Misericórdia de Évora. Direcção — Santa Casa da Misericórdia da

Letúbal.

Foram, de seguida, aprovadas as quotas mensais a pagar pelos associados, as quais são enviadas, logo, enviando-se, imediatamente, a tabela respectiva a todos os sócios fundadores, presentes a esta Assembleia Geral.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, que decorreu com o maior interesse de todos os presentes, e durante a qual foram feitas sugestões de grande importância para o desenvolvimento futuro da organização.

Assinatura
Assinatura
Assinatura

Que resposta deve ser dada à pergunta formulada?

Os factos que antes referi e que constam da ata levam-me a concluir que, verdadeiramente, o primeiro passo dado pelo SUCH teve lugar, não na data da Assembleia Geral de 27 de junho de 1966, mas antes dela, em data situada entre 27 de abril e 27 de junho, com os “preparativos” referidos.

O segundo comentário é o de que constando da ata que “Foram, de seguida, aprovadas as quotas mensais a pagar pelos associados.....”, é estranho que não tenha sido indicado o valor ou valores. Nem agora nem até ao final de 1967.

- Reunião da Assembleia Geral de 29 de março de 1968

No dia 29 de março de 1968 teve lugar a segunda Assembleia Geral do SUCH, de cuja ata consta o que, de mais importante, tinha sido realizado em 1967.

Dessa ata transcreve-se a passagem que dela consta: “Em seguida o Senhor Doutor José António Tavares focou o trabalho desenvolvido pelos Serviços Administrativos no ano transato,” aludindo também à escassez de pessoal neste setor. “De um modo geral”, disse, que “foram cumpridas as previsões e verificaram-se saldos em todas as rubricas orçamentais”.

Consta também da ata desta Assembleia Geral que o Senhor Presidente apresentou o Relatório e Contas de 1967 e o Projeto de Orçamento de 1968, já aprovado pelo Conselho Geral e pediu aos representantes das diferentes Divisões que relatassem sucintamente as atividades de cada uma e as que poderão vir a ser desenvolvidas no ano corrente.

Respondeu em primeiro lugar o Eng.º Eduardo Augusto Caetano, pela Divisão de Instalações e Equipamentos, referindo, a dado passo, que “o ano de 1967 foi o ano de arranque dos Serviços e que dentro dos condicionalismos existentes, imposto pela carência de meios materiais e verbas, os Serviços corresponderam ao que deles se esperava, principalmente na Zona Centro e nos Serviços Centrais”.

A Dr.ª Maria Luisa Santos, pela Divisão de Farmácia, “começou por se referir aos estudos feitos no sentido de os hospitais terem possibilidade de adquirir medicamentos aos melhores preços”.

O Dr. Augusto Mantas referiu os primeiros passos dados em 1967, em Coimbra, no campo da mecanização e deu conta do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido noutros locais: Castelo Branco e, no Porto, no Hospital de S. João.

O Dr. Romano de Castro, pelo Centro de Formação, “expôs à Assembleia os projetos de trabalhos para o ano corrente, dado que no ano transato a Divisão não funcionou”.

O Dr. Caldeira da Silva, pelo Centro de Estudos e Documentação “Disse que a fase de organização dos Serviços se iniciou em julho de mil novecentos e sessenta e sete, mas só agora se conseguiu pessoal”.

Relativamente a cada uma destas informações, alguns participantes nesta reunião emitiram a sua opinião sobre o trabalho realizado, louvando-o, e apontaram a direção para que, designadamente os Serviços de Instalações e Equipamentos, deveriam evoluir.

- Reunião do Conselho Geral de 5 de dezembro de 1966

No dia 5 de dezembro de 1966, sob a presidência de Coriolano Albino Ferreira, Diretor-Geral dos Hospitais, teve lugar a primeira reunião do Conselho Geral do SUCH, cuja ata, por ser a primeira, a seguir se reproduz e para cujo conteúdo se remete (pág. 11, 12 e 13).

1.^a Reunião

Acta da primeira reunião do Conselho Geral do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, realizada na Direcção - Geral dos Hospitais aos cinco dias do mês de Dezembro de mil novecentos e sessenta e seis, pelas dezassis horas.

Presidiu o Sr. Director-Geral dos Hospitais Dr. Cristiano Albino Ferreira, na sua qualidade de Presidente.

Representando as Instituições eleitas como seus membros para o presente triénio, encontravam-se presentes: pelos Hospitais Cíveis de Lisboa, o Administrador-Adjunto, Senhor Dr. João António Lima das Neves; pelo Hospital Escolar de São João, o seu Provedor Senhor Dr. João Rodrigues; pelos Hospitais da Universidade de Coimbra, o seu Provedor-Adjunto Senhor Dr. Joaquim Pedroso de Lima; pelas Santas Casas da Misericórdia de Aveiro, Castelo Branco e Évora, os seus Provedores, respectivamente, Senhores Sgas da Silva Salgueiro, José de Paiva Morão e Marmel. Estavam ainda presentes os Senhores Eng.^{os} Artur Manuel Pereira da Gama, Director eleito e Eduardo Augusto Caetano, Director-Adjunto e o Senhor Dr. José Joaquim Nogueira da Rocha, Chefe da Repartição Administrativa da Direcção - Geral dos Hospitais, com funções de Secretário.

Iniciados os trabalhos, foram apresentados aos membros do Conselho as actividades até ao momento realizadas. Assim, no que respeita ao sector administrativo, foi dado a conhecer o texto de duas propostas que já obtiveram despacho ministerial de concordância. Uma delas referia-se à aquisição de três viaturas e respectivo seguro e a outra continha os critérios base para a fixação de ajudas de custo e despesas de

deslocação a liquidar ao pessoal do serviço e aos membros dos seus órgãos directivos. Em relação à segunda proposta foi sugerido que a Direcção procedesse oportunamente, a um possível estudo de revisão dos quantitativos apresentados, uma vez que, segundo a opinião da maioria dos membros presentes, a desigualdade de ajudas de custo e a diferente classe do bilhete de passagem em Caminho de Ferro talvez acarretassem a desagregação das equipas de técnicos em serviço externo.

Deu-se a seguir, notícia do envio aos associados da Zona Norte e Centro, de uma circular em que se indicava o quantitativo da quota a liquidar mensalmente. Virgue sobre este assunto, os representantes dos Hospitais da Universidade de Coimbra e Hospital Escolar de São João afirmaram que a quota, indicada para cada um dos estabelecimentos que representaram não estava de harmonia com a lotação actual, foi decidido proceder a uma revisão das diferentes lotações, recorrendo-se, para o efeito, a elementos existentes no Gabinete de Estudos Médico Sociais da Direcção Geral dos Hospitais. Passando-se, em seguida, à apreciação das actividades realizadas pela Divisão de Instalações e Regeneração, o Senhor Eng.º Eduardo Caetano informou os presentes que, pela dificuldade de recrutamento de pessoal, só foi possível, até ao momento a entrada em funcionamento da Secção Regional do Distrito Centro; espera-se, contudo, que, na Zona Norte, o serviço inicie a sua actividade no início do próximo ano. Em relação à Zona Sul, afirmou ainda o Senhor Eng.º Eduardo Caetano que não se pode prever, de momento, a data do início das actividades.

No decorrer da exposição do Senhor Eng. Eduardo Calvão, e em consequência das actividades que se julgam poder vir a ser realizadas pelo Serviço foram focados os seguintes assuntos: possibilidade de aquisição de equipamentos pelo SUCH e aproveitamento, em favor dos Hospitais Regionais, do material desnecessário existente nos Hospitais Centrais. Acerca do primeiro assunto, referiu o Senhor Presidente que a existência da Comissão de Reapetrechamento dos Hospitais, atenta as funções que lhe está cometidas, não permitira considerar, como ali talvez fosse de desear, a ideia apresentada.

Quanto ao aproveitamento de certo material existente nos Hospitais Centrais, foi decidido solicitar, oportunamente, a estes Hospitais, o envio de listas de material desnecessário e que, porventura, possa ter utilidade em Hospitais Regionais ou ali mesmo Sub. Regionais.

9.º Não havendo qualquer outro assunto a tratar, foi encerrada a sessão, lendo eu, José Joaquim Nogueira da Rocha a presente acta que, depois de aprovada, será assinada por todos quantos a ela assistiram e por mim.

- Reunião da Direção de 27 de junho de 1966

No mesmo dia da Assembleia Geral – 27 de junho, - pelas quinze horas, teve lugar, na Direção-Geral dos Hospitais, na Avenida da República, n.º 64, em Lisboa, em cujas instalações o SUCH ficou provisoriamente sediado, a primeira reunião da Direção do SUCH, à qual tive igualmente a honra de estar presente e, até, escrever e assinar a respetiva ata, que, por ser a primeira, a seguir se reproduz e para cujo conteúdo se remete (pág.15 e 16).

- Reunião da Direção, de 11 de julho de 1966

No dia 11 de julho de 1966 teve lugar a segunda reunião da Direção do SUCH, tendo estado presentes “os Senhores Dr. Coriolano Albino Ferreira, Diretor, Eng.º Artur Manuel Parreira da Gama, Diretor-Eleito, Eng.º Eduardo Augusto Caetano, Diretor e Dr. José Joaquim Nogueira da Rocha, Chefe da Repartição Administrativa da Direção-Geral dos Hospitais, que a secretariou. Esteve também presente o Senhor Dr. Alberto Baptista de Abreu, Diretor da Zona Hospitalar do Centro”.

De entre outras, referem-se, pelo seu significado e interesse, as seguintes deliberações que foram tomadas:

- proceder a nova escolha de pessoal técnico para a Divisão de Instalações e Equipamentos da Zona Centro, uma vez que os candidatos selecionados, por motivo de vencimentos, não aceitaram o lugar;
- a admissão do pessoal para o SUCH será feita por meio de contrato, renovável ano a ano, até 3, findo os quais se tornarão definitivos;
- será retomada a preparação de um diploma legal que permita a transferência para o SUCH, em comissão de serviço, de funcionários dos serviços oficiais;
- será preparado o estatuto de todo o pessoal do SUCH, abrangendo aspetos disciplinares e de previdência;
- será aberto concurso para aquisição de 3 viaturas automóveis destinadas a cada uma das Zonas;
- continuarão os estudos relacionados com Divisão de Contabilidade e Estatística, por escalões, promovendo-se, entretanto, a necessária mentalização das Administrações dos Hospitais.

Até ao final de 1967, a Direção reuniu mais 17 vezes, - 5 em 1966 e 11 em 1967. Nestas reuniões, foi grande a diversidade de assuntos tratados e informações prestadas.

É de registar a informação dada pelo Presidente da Direção, na reunião de 5 de dezembro de 1966, de que, através de um novo subsídio, a receita do SUCH para o ano em curso – 1966 – foi elevada para 600 contos - € 3.000 -, a acrescer ao subsídio inicial de 3.000 contos - € 1.500 -.

Nº 1

Acta da primeira reunião de Direcção do serviço de Utilização Comum dos Hospitais, realizada na Direcção-Geral dos Hospitais aos vinte e sete dias do mês de Junho de mil novecentos e sessenta e seis, pelas quinze horas e trinta minutos. Estavam presentes os Senhores Dr. Cosilano Albino Ferreira, Director, Eng. Arthur Manuel Pereira da Gama, Director-Eleito, Exp. Eduardo Augusto Carlos, Director Adjunto e Dr. Maria dos Prazeres Bieira, Técnica de 2.ª Classe da Direcção-Geral dos Hospitais que a secretariou.

Iniciados os trabalhos, foram tomadas as seguintes deliberações:

Primeira: as reuniões da Direcção efectuar-se-ão normalmente nas primeiras segundas-feiras de cada mês; e haverá as mais que forem necessárias. A título excepcional, a reunião de julho será no dia onze às vinte e uma horas e trinta minutos;

Segunda: será aberta uma conta à ordem do Serviço, na Caixa Geral de Depósitos;

Tercia: vão ser levadas à apreciação do Senhor Ministro as nomeações de pessoal do Serviço;

Quarta: terá que se fazer um estudo para a fixação das ajudas de custo relativas às deslocações dos representantes dos associados do Serviço exigidas pelas suas actividades estatutárias;

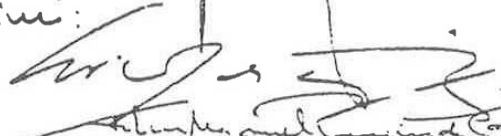
Quinta: para já, e desde que o Senhor Ministro autorize, serão cedidas duas salas da Direcção-Geral dos Hospitais para instalar o pessoal indispensável ao funcionamento do Serviço, e também, sob a mesma condição, o pessoal da Direcção terá assegurada o necessário funcionamento;

Sexta: serão expedidas circulares a todos os associados, dando conhecimento das eleições realizadas; também será dado conhecimento da situação actual à Direcção-Geral de Assistência

Sétima: será preparada a tabela das despesas pelas chamadas do pessoal técnico do Serviço, fora do Serviço de notificação;

Oitava: a cobrança de quotas dos associados só começará a ser feita no mês seguinte àquele em que se iniciar a assistência técnica na zona respectiva. Foi ainda deliberado, em matéria de Expediente, que vão ser enviadas ao Senhor Provedor da Diretoria de Setúbal as notas relativas ao estudo para lançamento da Divisão de Contabilidade e Estatística; e a que contém o plano de acção do Serviço, quanto à Divisão de Instalações e Equipamento.

E nada mais tendo sido decidido, foi encerrada a sessão, tendo eu, José Joaquim Aguiar da Rocha, chefe de Repartição da Direcção-Geral dos Hospitais, escrito a presente acta que, depois de aprovada, será enviada por todos os que estiverem presentes e por mim.


José Joaquim Aguiar da Rocha
Chefe de Repartição da Direcção-Geral dos Hospitais

Havendo que fazer uma síntese, direi que as reuniões da Direção realizadas geraram deliberações e informações que, no essencial, se traduziram no a seguir descrito.

I)– Deliberações (algumas sujeitas a aprovação ministerial)

Predominaram, de entre outras, em matéria de gestão de pessoal, praticamente em todas as reuniões:

- a fixação de critérios e normas para admissão;
- a fixação do regime disciplinar;
- a fixação de critérios e normas de avaliação;
- a definição do regime de previdência;
- a delegação de competência do Presidente nos outros elementos da Direção;
- a fixação do quadro remuneratório, sem que, no entanto, tenham sido indicados quaisquer valores.

Em matéria de gestão económica e financeira (incluindo a área do aprovisionamento), de entre outras, predominaram as de natureza orçamental e as respeitantes a autorização de despesas.

Foram ainda frequentes as deliberações quanto à criação de Serviços - Divisões de Instalações e Equipamentos, Contabilidade e Estatística, Farmácia, Preparação de Pessoal e Centro de Estudos e Documentação.

Foram também várias as deliberações sobre instalações para os Serviços.

II) – Informações

Quer os Presidentes, Coriolano Albino Ferreira, desde junho de 1966 a junho de 1967, e José António Tavares, a partir desse mês, quer os outros membros da Direção, estes, no uso das competências que lhes tinham sido delegadas, deram múltiplas informações sobre atos de gestão – ou outros – que haviam praticado.

De igual modo, quando presentes, os Diretores das diferentes Divisões prestaram à Direção as informações que consideravam mais relevantes, designadamente quanto às Divisões de Instalações e Equipamentos, Farmácia e Contabilidade e Estatística, e deram conta das atividades por elas desenvolvidas e, em alguns casos, dos resultados obtidos.

5. Alterações estatutárias

Durante este período os Estatutos do SUCH de 1966 não sofreram qualquer alteração.

6. As atividades, recursos utilizados e resultados obtidos

Como antes foi referido, e pela razão descrita, até 1996 este capítulo, terá como fonte o conteúdo das reuniões dos órgãos sociais do SUCH.

7. Protagonistas da administração

Os órgãos de administração do SUCH nesta Fase da vigência dos Estatutos de 1966, foram os seguintes:

Presidente – Coriolano Albino Ferreira

Vice-Presidente – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Primeiro Secretário – Santa Casa da Misericórdia de Guimarães

Segundo Secretário – Maternidade Alfredo da Costa

Conselho Geral

- Estabelecimentos Oficiais

- Hospital Escolar de S. João
- Hospitais da Universidade de Coimbra
- Hospitais Cíveis de Lisboa

- Instituições Particulares

- Santa Casa da Misericórdia de Aveiro
- Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco
- Santa Casa da Misericórdia da Évora

Direção

Diretor nomeado – Coriolano Albino Ferreira (a)

Diretor eleito – Artur Manuel Parreira da Gama

Diretor adjunto – Eduardo Augusto Caetano

(a) – Substituído em 1967 por José António Tavares

8. Nota Final

Nestes primeiros passos da vida do SUCH, ainda que não tenham sido desenvolvidas atividades “operacionais” de grande significado, a verdade é que, após a publicação dos seus primeiros Estatutos, a realização quer, da primeira Assembleia Geral, quer do Conselho Geral, quer da Direção, constituíram factos marcantes, já que indispensáveis ao real “nascimento” da instituição.

A prontidão com que estas reuniões se realizaram e a adesão que tiveram, quer da parte das Misericórdias quer dos Hospitais quer de outros Serviços Públicos, foi a prova cabal do interesse, e, até, da urgência sentida na entrada em funcionamento do SUCH.

Só por isso, ou quase só por isso, esta 1.^a Fase da vida do SUCH merece figurar nos anais da sua história.